

Notas de hesitação

Thiago Rannieryⁱ

Resumo

Este ensaio é um conjunto fragmentado de notas sobre currículo e sexualidade, com o objetivo de interrogar as gramáticas de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero que as próprias pesquisas em currículo ajudaram a sedimentar. A questão não é somente entender o significado de uma sensibilidade suscetível a zonas erógenas múltiplas e contraditórias que vem ocupando as escolas, mas também o que essas zonas provocam nas abordagens curriculares sobre o reconhecimento da diferença, sobretudo no que se refere à transformação de gênero e sexualidade em temas de investigação. Em vez de rastrear normas de gênero e sexualidade em operação nos currículos, o argumento desdobra-se em torno do poder fantasmático da teorização curricular que herdamos em moldar sexualmente nossa subjetividade. Não se trata apenas de questionar como os corpos são disciplinados, mas também as fantasias dos nossos discursos teóricos.

Palavras-chave: sexualidade; criança; currículo; alteridade; sujeito.

Hesitation notes

Abstract

This essay is a fragmented set of notes on curriculum and sexuality, with the aim of questioning the grammars of recognition of sexual and gender diversity that curriculum research has helped to establish. The question is not only to understand the meaning of a sensitivity susceptible to multiple and contradictory erogenous zones that has occupied schools, but also what these zones provoke in curricular approaches to the recognition of difference, especially with regard to the transformation of gender and sexuality into subjects of investigation. Rather than tracing the norms of gender and sexuality at work in curricula, the argument unfolds around the phantasmatic power of the curricular theorizing we have inherited to sexually shape our subjectivity. It's not just about questioning how bodies are disciplined, but also the fantasies of our theoretical discourses.

Keywords: sexuality; children; curriculum; alterity; subject.

Apuntes de vacilación

Resumen

Este ensayo es un conjunto fragmentado de notas sobre currículo y sexualidad, con el objetivo de interrogar las gramáticas de reconocimiento de la diversidad sexual y de género que la investigación curricular ha contribuido a establecer. No se trata sólo de comprender el significado de una sensibilidad susceptible de zonas erógenas múltiples y contradictorias que ha venido ocupando las escuelas, sino también lo que esas zonas provocan en los enfoques curriculares del reconocimiento de la diferencia, especialmente en lo que respecta a la transformación del género

ⁱ Doutor em Educação (UERJ). Professor do Programa do Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Jovem Cientista Nossa Estado do FAPERJ e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: t.ranniery@gmail.com - ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4399-2663>.

y la sexualidad en temas de investigación. Más que rastrear las normas de género y sexualidad que operan en los currículos, el argumento se despliega en torno al poder fantasmático de la teorización curricular que hemos heredado para moldear sexualmente nuestra subjetividad. No se trata sólo de cuestionar cómo se disciplinan los cuerpos, sino también las fantasías de nuestros discursos teóricos.

Palavras clave: sexualidad; niño; currículo; alteridad; sujeto.

1 INTRODUÇÃO

he·si·tar

vti e vint

1 Estar ou ficar em estado de incerteza ou com dúvidas a respeito do que dizer ou como agir; boiar, titubear, vacilar [...].

vtd e vti

2 Revelar dúvida ou insegurança sobre algo; duvidar, vacilar [...].

vti e vint

3 Expressar-se com pouco desembaraço ou com dificuldade; gaguejar (*Michaelis - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*)¹

Hesitei mais uma vez. Aqui, de onde escrevo, tem sido difícil não hesitar. Hesitar triplamente. Hesitar pela incerteza. Pela insegurança. Pela dificuldade de comunicação. Enquanto escrevia este ensaio, hesitei. A cada história que escutava, era levado para longe da “insistência dominante na estabilidade do significado das práticas sexuais” (Britzman, 2010, p. 87). Cindy Patton (1991, p. 374), certa vez, disse que “a linguagem do sexo é tão imprecisa, tão polivalente que é ‘difícil’ saber quando estamos falando sobre negócios ou política ou outras questões de peso”. Já se passavam três anos de uma pesquisa-intervenção sobre cenas da diferença em escolas públicas e nada havia escrito. Não encontrava palavras para expressar tudo que havia escutado sem hesitar. Não eram as histórias a seguir que procurava escrever quando me pus diante das transformações curriculares promovidas pelas agendas de reconhecimento da sexualidade e do gênero. Buscava manifestações da atuação política de escolas em resposta ao reconhecimento da diferença. Confesso, contudo, que recuei diante de projetos e de propostas escolares impulsionados pela diversidade sexual. As inúmeras imagens da representação de gênero nos currículos também me desanimaram. Tive que confiar no que aprendi:

quando o tópico do sexo é colocado no currículo, nós dificilmente podemos separar seus objetivos e fantasias das considerações históricas de ansiedades, perigos e discursos predatórios que parecem catalogar certos tipos de sexo

como inteligíveis, enquanto outros tipos são relegados ao domínio do impensável e do moralmente repreensível (Britzman, 2010, p. 90).

O que acontece quando o impensável e o moralmente condenável são reativados no centro dos tremores curriculares? Deborah Britzman (2010) continua: “o que está em jogo é a fantasia, o Eros e a vicissitude da vida”. Minha hesitante dificuldade em torno da sexualidade “propriamente dita e da maneira como ela vaza [...]”, desafiando a categorização literária e social” (Brand, 2023, p. 102) me forçou a organizar este ensaio em pedaços um tanto soltos, expondo uma sequência sinuosa de anotações, centradas no desejo e na fantasia, tudo à sombra da turbulência e da tempestade, sob o manto do caos, na expressão de Lawrence Grossberg (2018, p. 4), o “terreno produtivo e estratégico para pelo menos algumas das trajetórias e projetos políticos em andamento hoje”. E já peço desculpas pelo seu caráter demasiado fragmentário. Estou em dúvida em muitos níveis com a inspiração fornecida por Jane Gallop (2002), quando, há mais de duas décadas, defendeu uma mistura anedótica de teoria e memórias docentes para resistir à regulação burocrática da sexualidade e interrogar a narrativa dominante do perigo sexual e do monstro moral.

Nada disso perdeu a urgência. As condições em que o pânico moral coabita, numa atmosfera volátil, com fulgores da crítica e do empoderamento individual, continuam. Os clichês da danação e da salvação seguem nos assombrando. É um pouco como poderia se dizer com Louis Althusser (2008): esses clichês funcionam como interpelação. Minha questão, portanto, não começa por tomar a matriz normativa de gênero e sexualidade como apenas a busca pela estabilidade, coerência e continuidade entre designação do sexo, gênero e orientação sexual, mas o nome que se pode dar ao trabalho reiterativo de manter uma relação direta com estruturas de normalização do desejo que dependem, por sua vez, de uma aparente estabilidade como regra política e simbólica. Eve Sedgwick (1990, p. 22) chamou essa estratégia de “arriscar o óbvio”. Sigo inspirado por ela quando as palavras vacilam, quando me vejo às voltas com histórias que interpelam porque “retém o potencial para perturbar muitas formas do pensamento tradicional sobre a sexualidade” (Sedgwick, 1990, p. 25). Parafraseando Judith Butler (2024), a pergunta que corre no fundo desses fragmentos é: quem tem medo de sexualidade?

Posso traduzi-la em outras: como a negociação do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nos currículos se dá, por vezes, na moeda do controle social ou mesmo da expansão da agenda neoliberal? Como foi que passamos, nas práticas, nas políticas,

nas teorizações curriculares, a aceitar que “o campo sexual [seja] forçosamente constrito por meio da aceitação desses termos” (Butler, 2022, p. 184) e, por efeito, dependesse da “exclusão forçada [do] campo sexual do político” (Butler, 2022, p. 184)? Muito das histórias que se seguem chegaram até mim de maneira mais ou menos familiar por meio do que Jane Felipe, Bianca Guizzo e Gustavo Rosa (2024) chamaram de temas sensíveis das infâncias. Não foram poucos, contudo, os avisos, em contexto muito diferentes entre si, sobre como a repetição sem fim das violências ordinárias e extraordinárias distende e expande o projeto colonial da violência². Como esse projeto fracassa? Com essas notas fragmentárias, espero poder sintonizar minha resposta hesitante no mesmo comprimento de onda do que Gallop (2002, p. 158) chamou de teoria anedótica, uma “teoria encarnada da prática”.

I

Tudo começou com o tear mecânico e, devo dizer, aquilo era um dispositivo monstruoso. Parecia exatamente a máquina com que Franz Kafka sonhou, aquela que agulhava prisioneiros em suas costas em seu conto “Na colônia penal”: um inseto metálico gigante com dez mil pernas, devorando instruções e excretando fios de seda como uma aranha deformada e envelhecida. [...] [Papai] Explicou que era uma máquina automatizada que podia fazer tapeçarias, brocados e tecidos de malha seguindo padrões armazenados como um conjunto de orifícios perfurados em cartões (Labatut, 2023, p. 65).

O menino que faz esse relato é o futuro matemático Joseph Von Neumann, que, depois de se mudar para os Estados Unidos, passaria a se chamar John, em *Maniac*, de Benjamin Labatut. O mesmo Labatut (2023, p. 113, grifos do autor) mais adiante diz:

Nos Estados Unidos, Von Neumann tornou-se um matemático renegado, uma mente de aluguel, cada vez mais seduzido pelo poder e por aqueles que podiam exercê-lo. Ele cobrava honorários exorbitantes para se reunir com pessoas da IBM, da RCA, com a CIA e a RAND Corporation, às vezes por não mais de alguns minutos, e trabalhava em tantos projetos governamentais e privados que parecia possuir a capacidade de estar em muitos lugares ao mesmo tempo.

II

O primeiro esboço deste texto começou a ser escrito quando fui tomado por um alumbramento durante a reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, ocorrida em Manaus, na Universidade Federal do Amazonas, em 2023. Já se iam alguns anos de participação no GT12 Currículo, e era a primeira vez que eu estava assistindo uma sessão de apresentação de trabalhos inteiramente dedicada às pesquisas implicadas com a gramática política das teorizações feministas, para fazer referência ao

título de obra de Clare Hemmings (2011), uma gramática que ia muito além do gênero como uma categoria de análise, como uma vez aprendemos com Joan Scott (1998). Uma dispersão de teorizações feministas diversas era perceptível ainda em outras apresentações do grupo de trabalho. Uma leitura, mesmo que rápida, da programação sinalizava logo, por exemplo, para uma entrada sem precedentes da obra de Judith Butler com o objetivo de analisar as dinâmicas das políticas curriculares neoliberais e neoconservadoras até as lógicas de reconhecimento da alteridade, e incluiria fácil a presença dos feminismos negros, feminismos multiespécies, decoloniais – todos esses adjetivos são usados, aqui, sob rasura – e até a retomada do conceito de patriarcado.

Empolgado, quiçá precipitado, cheguei a formular uma pergunta para as estudantes daquela sessão, jamais respondida – não sem razão, diga-se de passagem: estaria em curso uma virada feminista no campo curricular brasileiro? Estaríamos sentindo a explosão feminista da qual Heloísa Buarque de Hollanda (2018) falou? No argumento de Hemmings (2011), os modos como as histórias feministas são contadas importam em virtude das maneiras pelas quais elas se cruzam com as institucionalizações mais amplas dos significados de gênero. Hemmings (2011) chama a atenção para a insistente teologia da escrita da história do pensamento feminista como uma marcha incansável de progresso, perda e retorno, o que simplifica a complexa história dos feminismos. Não que iremos corrigir relatos ou revelar omissões, mas antes devemos “prestar atenção a receptividade de nossas próprias histórias, construções narrativas e formas gramaticais aos usos discursivos de gênero e feminismo, dos quais, de outra forma, gostaríamos de nos desvincilar se a história não quiser simplesmente se repetir” (Hemmings, 2011, p. 2). A teologia das histórias feministas tem por função restaurar a ordem exatamente quando a diferença parece ter saído do controle.

Ao acompanhar os debates sobre gênero e sexualidade no campo curricular brasileiro – gostaria de incluir meu trabalho nessa paisagem –, tive uma ligeira sensação de que, ao longo dos anos, houve ao menos uma certa inflexão. Uma dupla inflexão, poderíamos dizer. Por um lado, estamos vivendo um deslocamento parcial dos estudos acerca dos sistemas de raciocínio do texto generificado e sexualizado do currículo, sumarizados belamente por Maria Cláudia D'aligna, Carin Klein e Dagmar Meyer (2016), para um estudo dos efeitos das categorias gênero e sexualidade na arena pública mais ampla, com a concreção, o *backlash*³, por assim dizer, promovido pela agenda

neoconservadora e pelas mobilizações antigênero, que fizeram das escolas públicas e das universidades seus alvos preferenciais. Por outro lado, é inevitável não sentir uma abertura ética e política promovida pelas teorizações feministas e *queers* nas pesquisas em currículo que, certamente, devem muito da sua consolidação a uma conversa complicada com os movimentos sociais feministas e LGBTIs.

Entre um e outro, tenho hesitações sobre as transformações políticas em curso e suas premissas ontoepistemológicas fundantes. Minha dúvida oscila em torno dos perigos de se deglutiir o sexo como uma preocupação meramente cultural⁴, um tópico menos sério do que as questões reconhecidas de política curricular, dos vetores de poder de gênero e suas intersecções e do reconhecimento da diversidade sexual. Se as categorias do pensamento curricular já não podem mais permanecer as mesmas depois que nós nos dedicamos a explicitar como a materialização generificada dos corpos funciona, agora, é possível questionar se a teorização curricular pode permanecer a mesma depois que se viu embaraçada com teorizações feministas e *queers*, incorporando, por sua vez, os efeitos de suas ressonâncias na arena pública, incluindo as reações às quais foram submetidas. Aprendemos a criar um léxico conceitual para nos guiar analiticamente, e até mesmo ético e jurídico para falar de gênero nas escolas. Aprendemos a nomear certas diferenças. Entretanto, será que não deixamos silenciosamente o sexual para trás?

III

– *Gosto quando me jogam de quatro e apertam meu pescoço igual galinha.* A figura negra, magra e alta, de sobrancelhas feitas, se sacudia na carteira quando disparou esta declaração em uma oficina para estudantes do oitavo e nono ano de uma escola pública em um território conflagrado da cidade do Rio de Janeiro. Enquanto meu bolsista de extensão saía da sala para rir – *Eu não aguentei, me disse ele depois* –, a turma continuou despretensiosamente a conversa sobre o que esperavam de relacionamentos amorosos. Na oficina, dois estudantes de doutorado em Educação haviam proposto que os alunos compusessem uma trilha sonora e fossem indicando músicas em resposta à questão sobre como pensam como é se relacionar amorosamente e suas expectativas. Enquanto os colegas falavam, Pedro continua: – *Tudo isso é muito romântico. Aqui, é assim: tudo muito soca fofo. Tem que socar firme. Só Mário nessa escola soca firme.* Mário ficou vermelho e, antes que pudesse erguer a cabeça, a namorada desceu um tapa no seu rosto.

Enquanto Ana, a namorada, saiu da sala chorando, Mário comenta com certa ironia: *tio, quero ser pai, sim, mas a carne aqui do papai é que é fraca!*

IV

Quando a escrita deste ensaio começou a acontecer, aquele alumbramento de outrora havia se transformado em um incômodo, para não dizer que escrevo mobilizado pela raiva, e agradeço a Audre Lorde (2019) por ter me dado licença para seguir irritado. Tenho carregado comigo declarações, tais como “a raiva é repleta de informação e energia” (Lorde, 2019, p. 167) ou “temos que levar muito a sério a escolha desse tema [do racismo] e das fúrias nele entrelaçados, porque, tenham certeza, nossos oponentes levam muito a sério o ódio que sentem de nós” (Lorde, 2029, p. 161). Embalado por elas, tenho me perguntado se minha inclinação desesperançada me fez, em algum momento, perder o caminho. Embora uma opção mais fácil fosse substituir o tema entre colchetes pelo tema da sexualidade, quero resistir a essa possibilidade. Ao mesmo tempo, não deixo de notar que é intrigante se perguntar como seria acolher, pelo menos em nossa gramática teórica de currículo, essas histórias de sexualidade na escola “para além da objetivação e para além da culpa” (Lorde, 2019, p. 67). Sou, todavia, interrompido.

Enquanto escrevia uma primeira versão deste texto, uma notícia chegou: O Comitê Assessor de Educação do CNPq divulgou a criação de uma subárea chamada Educação e Diversidade. Dentro das especialidades: Educação, Gênero e Diversidade Sexual. E sexualidade? Ninguém sabe o que foi feito dela, desmanchou-se no ar. Qualquer que seja o nível de concordância, foi Marshall Berman (1986) que tomou como mote a célebre frase de Karl Marx e Frederic Engels (2005, p. 43) – “tudo que era sólido e estável se desmancha no ar” – e a fez encontrar com uma passagem de *Além do bem e do mal* de Nietzsche (1992, p. 177): “de novo se apresenta o perigo, o pai da moral, o grande perigo, desta vez, situado no indivíduo, no próximo e amigo, as ruas, no próprio coração, no que é mais próprio e mais secreto no voto e na vontade”. Reconheço que estou fazendo uma leitura de ponta-cabeça de Berman, mas foram suas conexões sobre modernidade e desenvolvimento que me levaram a perceber um descontentamento com o conservadorismo e o autoritarismo que as agendas da esquerda e progressistas podem assumir, em especial quando se trata de desejo e sexualidade. Seria isto aquilo que Foucault, leitor de Nietzsche, chamou de hiperativismo pessimista? “Minha opinião”, diz Foucault (1995, p. 256),

é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer. Portanto, minha posição não conduz à apatia, mas ao hiperativismo pessimista. Acho que a escolha ético-política que devemos fazer a cada dia é determinar qual é o perigo.

V

- *Não sei se preciso de um exorcista ou da universidade?* – o que a pergunta de uma diretora de uma escola na entrada de um território conflagrado pode dizer sobre a vida do gênero e da sexualidade nas escolas aqui e agora? Paula esperava que pudesse ajudar com uma formação na escola. Ela desconfiava que havia agido erroneamente em uma situação que passou a me relatar. Era o dia da festa de formatura do quinto ano no final de 2022. A escola oferece turmas do primeiro ao nono ano do ensino fundamental. Um dos seus andares estava em reforma e era pouco usado, mas havia um banheiro em funcionamento. Há sempre um banheiro no meio do caminho. Maia, estudante que, no rito celebratório, estava de passagem para o sexto ano, levou dois colegas para o banheiro. Maia contou, para Paula, a diretora, que obrigou os colegas a aceitarem sexo oral dela sob a pena de espalhar para a escola que os dois eram gays. Enquanto um ficava na porta jogando bola e vigiando, Maia e o outro estavam no banheiro. Revezavam-se. Maia se filmou fazendo o sexo oral nos colegas e enviou o vídeo para as amigas da escola com a declaração: *agora, estou grávida!* O vídeo se alastrou nos celulares. A diretora expulsou os dois garotos da escola. E, como me disse, só não expulsou Maia porque a mãe, única responsável, ameaçou contar para o pai de um dos meninos, membro de uma facção rival do pai da garota. E Paula seria responsável por deflagrar uma guerra.

V

Escrevo diante das experiências de uma pesquisa-intervenção à esteira dos novos mapas políticos e culturais da diferença, parafraseando o título do livro organizado por Tomaz Tadeu da Silva e Antonio Flávio Moreira (1995), que formou gerações de pesquisadores em currículo. Mas por que, apesar de tudo, minha atenção se desviava tão rápido para o sexual? Alguém ponderou que se tratava da minha formação. Não deixei, contudo, de hesitar. Em algum momento, que não sei precisar ao certo qual, comecei a suspeitar que esses mapas tendiam a ser conjurados por certa língua – a linguagem da pedagogia, para lançar mão do termo proposto por Peter Taubman (2009). Essa hesitação me levou a considerar que “para desenhar um mapa, pode ser necessária apenas a habilidade de ouvir” (Brand, 2022, p. 32). Cada vez que escutava uma história sobre flagras

de sexo e masturbação coletiva nos banheiros, circulação de *nudes* nos grupos de *WhatsApp* das turmas, uma orgia marcada em uma sala de aula, um teste de gravidez jogado no lixeiro do corredor, eu titubeava. Nenhuma dessas histórias podia ser facilmente explicada. Quaisquer que fossem nossas interpretações, elas me pareciam ser também constituídas “mediante exclusões que, se levadas em conta, expõem a premissa fundamental como uma suposição contingente e contestável” (Butler, 1998, p. 13).

Performada na forma deste ensaio, está uma sensação de desmoronamento das coordenadas epistemológicas das quais dispunha quando comecei a escutar histórias e experimentar a escrita de uma experiência de escuta que não fosse redutível à estrutura lógica que as coordenadas da linguagem do reconhecimento me entregavam. Vou chamar esses minúsculos episódios de cenas da sexualidade ou de escândalos da sexualidade, um pouco inspirado pelo sentido dado por Foucault (2019), em *História da Loucura*, a uma sensibilidade suscetível a zonas erógenas múltiplas e contraditórias com as quais quero entender não seu significado, mas, sobretudo, o que estão provocando a nossas abordagens sobre reconhecimento das agendas da diferença, em especial, sobre a transformação de gênero e sexualidade em temas, categorias e objetos de estudos e pesquisas do campo curricular. Estou menos interessado em rastrear normas de gênero e sexualidade em operação nos currículos do que em explorar o poder da teorização curricular que herdamos em moldar nossa subjetividade e, para isso, assentar-me em certas ordens ontoepistemológicas não interrogadas.

Minha questão não parte dos corpos (in)disciplinados e (des)governados pelos currículos, mas nasce do efeito sexualizante dos discursos teóricos que herdamos, do que poderia ser uma reflexão sexual da teorização curricular. Às vezes, sonho com meu argumento não ser tomado por lamentação. É antes um testemunho de quem experimenta viver a situação inevitável de receber algo que não escolheu. Tomo este tema da herança de Jacques Derrida (2001, s/p), quando dispara: “a herança é algo de muito complicado e contraditório, trata-se de ser fiel sem dogmatismo, de às vezes contradizer ou construir uma crítica por fidelidade”. Esta é, defendo, a tarefa de uma teorização curricular responsável diante da alteridade, aquela de submeter à leitura crítica a longa tradição de ao menos cinco séculos de categorias e discursos educacionais que não podemos dizer que não queremos pelo simples fato de que nos constituem à revelia de nós. Outra pista que recolho vem da aproximação realizada por Shoshana Felman (2022, p. 185) da teoria dos atos de fala com

a cena psicanalítica, e, assim, pensar que “o ganho de ‘força’ [dessas cenas] só se efetua ao preço de perda da matéria significante”. O escândalo deriva “do fato de provocar uma série sistemática de mal-entendidos, ou seja, uma operação histórica – sem dúvida inconsciente – de recalcamento” (Felman, 2022, p. 181).

Pude sentir a desorientação face ao aparecimento dessa matéria escandalosa, outrora recalcada, quando testei uma primeira apresentação dessas histórias em resposta a um convite de uma colega para apresentar os resultados da investigação em sua turma, em uma disciplina no curso de Pedagogia. Na aula, disse que estávamos tão seduzidos pela diversidade sexual e de gênero que não conseguíamos perceber os problemas, as figuras e as estratégias que, juntos, sugerem que uma reconfiguração contemporânea do que Foucault (1988) chamou de “dispositivo da sexualidade” está em curso e tem sido crucial para o reconhecimento de gênero e sexualidade como objetos de estudos e de pesquisas. O preço a pagar: o apetite insaciável por figuras publicamente LGBTs evapora qualquer sugestão de uso dos prazeres, para continuar com Foucault (2012), nas e entre as escolas sob uma suspeita constante. É um pouco como dispara Caterine Malabou (2024): qualquer prazer fora da reprodução incomoda a consciência e fere o calcanhar, o que torna, por isso, a política e o desejo domínios indistinguíveis.

Os estudantes daquela turma me sugeriram, entretanto, que devia alertar que as histórias continham gatilhos e indicar que quem se sentisse desconfortável poderia sair da sala. O monitor da turma me disse ainda que havia frustrado suas expectativas, porque escutou nos corredores que orientava estudantes transexuais em meu grupo de pesquisa e ele, como um estudante transexual, estava ansioso para ouvir o que tinha a dizer sobre as vidas de pessoas transexuais nas escolas. Ao final, inquieto, acrescentou se não era importante, como homem gay, eu me posicionar claramente contra a pedofilia⁵. Ao fim, me escreveu sobre jamais ter imaginado que episódios desse tipo acontecessem nas escolas. Gentilmente, este estudante pediu que a turma escrevesse a avaliação da minha aula. Juntou seis pequenos textos que colegas escreveram e enviou à professora, dizendo que se sentisse à vontade para me repassar. Em uma delas, uma aluna me disse que era péssimo o que estava fazendo porque, quando as histórias eram contadas, algumas pessoas riam e se tratava, sobretudo, de histórias de violação, em que crianças eram, em suas palavras, claramente violentadas como crianças. Ao me procurar, minha colega me

contou que decidiu me repassar as avaliações, mesmo que discordasse do tom, porque poderia me ajudar para as próximas apresentações.

Alguns meses antes, outra amiga me pediu uma sugestão mais “atualizada” de bibliografia sobre gênero e sexualidade para sua disciplina de sociologia da educação. Estávamos em um bar, em uma mesa repleta de colegas da mesma área. Senti a expectativa no ar. Enquanto ganhava tempo para responder, perguntei o motivo da pergunta. Ela me contou que se sentia “atrasada”, que a aula era “quadrada” demais para aquilo que a turma esperava e ela uma feminista quase conservadora. A expectativa era abordar a diversidade sexual e de gênero, e a Sociologia da Educação que a havia formado tinha pouco a dizer sobre isso. Perguntei qual era o texto que ela usava. *Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas* de autoria de Marília de Carvalho (2001), ela me disse. Embora já tivesse mais de duas décadas de publicado, retruquei indicando que era o texto que gostava de usar para abrir o primeiro módulo da disciplina de Educação e Gênero que lecionava. Os dados do Censo Escolar de 2023 (Inep, 2023) mostram: a evasão, a reprovação e a retenção escolar de meninos, em especial de meninos negros, esse cativeiro estatístico, na expressão assertiva de Iris Verena Oliveira (2023), no qual foram metidos, é mais atual do que nunca foi. *Que maravilha, agora eu vou dizer que o professor gay me disse que esse texto é atual!* – ela celebrou.

Naquela aula, três estudantes transexuais explicaram para os colegas sobre identidade de gênero, nome social e pronomes de tratamento. A turma fazia perguntas empolgadas e avançou em uma discussão sobre como o inconsciente opera através da linguagem nas formas de se referir às pessoas transexuais, de modo que se aprenda a diferenciar quando se trata de um equívoco com potenciais efeitos violentos ou de violência explícita. A cada pergunta, novamente, eu hesitava: o que Antônia, a estudante com Síndrome de Down de seis anos que foi flagrada no banheiro fazendo sexo oral nas colegas de turma em troca de pirulitos e balas, teria a dizer para aqueles professores em formação? Embora ninguém tenha proferido uma acusação, sinto que devo frisar: meu incômodo está longe de desprezar os ganhos políticos do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero no Brasil nas últimas décadas. Meu argumento é, antes de tudo, cético quanto ao debate sobre currículo e diferença proceder por descarte da presença do sexo, “uma presença/antipresença fundacional que encarna o proibido e ajuda [...] grupos conservadores a formularem um mundo desinfetado e legitimado” (Muñoz, 2018, p. 17).

Paralelamente, estou me perguntando se um progresso substancial na aceitação do gênero e de sexualidade como categorias para o reconhecimento das identidades sexuais e de gênero não vem sendo acompanhado, talvez até alcançado, pela desinfecção, isto é, privatização acelerada e consequente repúdio a todas as formas de expressão erótica que ficam fora de uma faixa estritamente prescrita. Tim Dean é assertivo:

o sexo continua sendo um ponto de atrito - incluindo, sugiro, para a disciplina acadêmica da teoria queer, que geralmente parece mais confortável discutir identidades multiculturais e seus vetores sobrepostos de opressão do que confrontar os investimentos libidinais constituintes daqueles que a disciplina ostensivamente representa (Dean, 2023, p. 608).

Podemos substituir “disciplina acadêmica da teoria queer” por “pesquisas em currículo” e teríamos um quadro equivalente. Em momentos como esses, agradeço por não estar sozinho. O incômodo é compartilhado também por Teresa de Lauretis (2021, p. 169) ao se perguntar: “por que o gênero se tornou uma marca privilegiada de identidade? Por que as políticas de gênero substituíram as políticas sexuais?”. Em sua conclusão:

podemos privilegiar o gênero e podemos refutá-lo, ressignificá-lo ou transcendê-lo, mas o que cria perturbação é o sexual – suas dimensões reprimidas e inconscientes, suas dimensões perversas, infantis, vergonhosas, nojentas, destrutivas e autodestrutivas – que a identidade pessoal raramente admite e que o discurso político sobre gênero deve se esquivar completamente, a fim de alcançar aceitação social e reconhecimento legal de novas identidades de gênero (Lauretis, 2021, p. 173).

A combinação gênero e diversidade sexual parece ter se tornado mais uma estrutura mediadora dos mistérios da carne, próxima ao exercício de Foucault (2020), quando mostrou os modos pelos quais a perspectiva religiosa dos prazeres foi transposta para o discurso científico do mundo moderno. Agora, ao que parece, a perspectiva do uso dos prazeres foi transposta para o discurso sociojurídico. Como categorias, gênero e sexualidade alcançaram alguma legitimidade – ainda que sempre ameaçada –, convertendo-se, contudo, em uma profilática que nos inibe de pensar radicalmente em sexo, para lembrar Gayle Rubin (2017) quando percebeu a tendência da agenda dos estudos de gênero e feministas se tornar conservadora à medida que se institucionalizava. Rubin (2017) abriu esse famoso ensaio, de 1984, notando que é “quando vivemos com a possibilidade de enfrentar uma aniquilação inimaginável que as pessoas tendem a sair perigosamente dos eixos no que diz respeito à sexualidade” (Rubin, 2017, p. 63). Não só que o sexo seja político, mas “a sexualidade é a própria alteridade” (Britzman, 2010, p. 89).

Até aqui, reconheço que posso ter generalizado demais a situação⁶. Desejo, no entanto, que essas afirmações possam destacar as prioridades da pesquisa em currículo em torno do reconhecimento das agendas da diferença e sugerir seus limites para a conceituar os escândalos da sexualidade. É uma tentativa de trazer aquilo que assombra nossas teorizações: “a sexualidade infantil, ou seja, uma sexualidade de pulsões parciais, polimórficas, auto-eróticas, não reprodutivas e sem normas” (Lauretis, 2021, p. 169). Enquanto preparava meu pequeno arsenal de procedimentos para esmiuçar como cada uma dessas cenas poderia, por exemplo, congregar a reconfiguração contemporânea da intimidade pelas redes sociais e os diferentes atravessamentos de classe, gênero, raça, território e condição corporal, incluindo no consumo e acesso à internet, fui me dando conta dos limites para abordar o que Jamieson Webster (2025) chamou de “a força desorganizadora do desejo”, em especial nas etapas da educação básica em que atuarão os estudantes para o qual fui convidado a falar ou para indicar bibliografia.

Aqui e ali, os mal-entendidos somavam-se quando se conjugava junto as palavras currículo, gênero e sexualidade. Sentia que estávamos perdendo a oportunidade de conceituar as cenas da sexualidade como currículo, ao tratá-las, quer fosse como transgressão a ser celebrada, quer como sintomas de uma violência generalizada. Em outras palavras, nós não só tiramos o sexo do caminho quando se trata de crianças, mas sacrificamos no altar tudo aquilo que poderia nos ajudar a reimaginar o social. No limite, uma formulação de Mark Fisher (2022, p. 25) retornava sem cessar: “essa imagem – com a suposição de que os mais jovens estão automaticamente na vanguarda das mudanças culturais – se tornou antiquada”. Sirvo-me dessa declaração para realizar uma recusa a desistir do sexo – ou a recusa do sexual desistir de nós – em um mundo governado pela sexualidade como um substrato contínuo de reprodução que “se revela uma fantasia – no sentido freudiano de busca de realização de um desejo inconsciente –, porque encobre as divisões, contradições e descontinuidades, as ausências e diferenças dos sujeitos nos tempos e espaços diversos” (Scott, 2024, p. 31). O que estou tentando sugerir – e friso o caráter tentativo – é que a fantasia, talvez, não encubra tanto, mas torne possível mover-se e ser movido através, com e dentro desse mapa de forças ambivalentes e incoerentes do sexual como incognoscível, suturando subjetivamente nossa teorização curricular.

VI

O coração do meu argumento emaranha duas reflexões. A primeira deriva da formulação de Denise Ferreira da Silva (2022) sobre os prolongamentos das ferramentas do sujeito na cena política contemporânea, mesmo após sua morte tão incessantemente decretada por toda uma filosofia que atraiu vertiginosamente o campo curricular brasileiro. E assim fui remetido aos debates promovidos sobre a atualização de o dispositivo da sexualidade ter se deslocado dos usos dos prazeres e seus perigos para as noções de consentimento e vulnerabilidade, articulados pela linguagem sociojurídica (Carrara, 2015; Gregori, 2014; Díaz-Benítez, 2018), criando, contudo, zonas ambíguas de não-ser, para fazer uso do conceito formulado por Sueli Carneiro (2023). Se estou misturando inadvertidamente estudos de gênero e sexualidade, de um lado, com estudos raciais, de outro, é porque sou tentado a concordar com Jasbir Puar (2007) sobre como novas oportunidades de gestão conjunta de fronteiras materiais e simbólicas dos corpos e das populações se abrem através das formas pelas quais o estado de exceção da guerra global condiciona racialmente os termos possíveis de reconhecimento da sexualidade.

As ressonâncias entre esses dois blocos fizeram-me considerar com mais cuidado as perturbações que essas cenas introduzem. Confesso: são um lugar difícil para se começar. O emaranhado violência e sexualidade continua a recobrir o seu significado. É, como dizem Didier Fassin e Rechtman (2009), a era do trauma. E, por isso, tenho que ir além da vítima como a figura do contemporâneo (Sarti, 2011) e encontrar outro caminho. Se, como argumenta Puar (2007), o acesso à cidadania de populações racializadas e sexualizadas continua a emular a família mononuclear burguesa que, desde o rastreio realizado por Foucault (1988), é um dos domínios através do qual o dispositivo da sexualidade realiza a socialização econômica de condutas de procriação, a figura da criança cumpre conjuntamente com a família uma função tática importante nessa economia de acesso⁷. Foucault (1988) também expôs como a pedagogização do sexo infantil constituía mais um desses domínios do dispositivo da sexualidade, ao sugerir que “as crianças são definidas como seres sexuais ‘liminares’, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação” (p. 115), trazendo consigo “perigos físicos e morais, coletivos e individuais” (p. 115).

A essa altura, vou decompor meu argumento em duas partes que se atravessam. Com uma delas, quero indicar como, nas cenas, o que se expõe são os limites da sexualidade sendo fissurados por aqueles momentos em que não se pode dizer que houve

consentimento, simplesmente porque não se pode falar que havia ali um sujeito para consentir. Afinal, são crianças, são “só” meninos e meninas, mas também são crianças negras, crianças pobres, crianças com deficiência. Como se, na prática, a leitura servisse para qualificar uma espécie de diferença alterizada do lado de fora, uma espécie de outro racializado do sujeito cidadão responsável. Temo que seja isso que Toni Morrison (2019) chamou de regimes de Outremização, “na tentativa desesperada de confirmar a si mesmo como normal” (p. 54). O que pode estar envolvido na dificuldade de considerar as cenas da sexualidade é o comprometimento de nossas imagens de cidadãos responsáveis que sempre praticam sexo seguro e uma relutância em discutir o sexo como algo que não seja um comportamento essencialmente racional, derivado de uma identidade. O sexo torna-se ininteligível quando as ferramentas do sujeito são colocadas em cena. Dito de outro modo, a sexualidade torna-se evidência ontologicamente presumida de quem nós somos.

Cada uma dessas cenas é uma torção imaginativa em toda tentativa bem-intencionada, caridosa, ou melíflua de articular uma política de reconhecimento, ou como qualquer política de reconhecimento da diferença depende de articular essa espécie de outro do sujeito (do consentimento) que, invariavelmente, retornar para perturbar. Os mecanismos para figurar esse sujeito (do consentimento) continuam a basear-se naquilo a que Ferreira da Silva (2022) nomeia estratégia de engolfamento, na qual a vulnerabilidade é projetada nos corpos dos outros, em outros espaços, reterritorializando a razão ocidental no processo. O engolfamento é sentido quando a figuração desse outro transparente conhecível restitui uma ontologia do sujeito centrada na capacidade humana de consentir apenas para indicar que “consentimento não é uma condição inerente, orgânica, um elemento da ontologia política que pertence a todo mundo, de cima a baixo” (Wilderson III, 2020, p. 227). Se são apenas crianças marcadas para morrer, ou já mortas, se não física aos menos socialmente, se as cenas não passam literalmente de documentos comprobatórios de morte e violência, essas histórias são estranguladas entre não poderem existir dentro da ontologia do sujeito humano com sua capacidade de consentir e funcionarem para restaurá-la precisamente, porque auxiliam na retirada dessa capacidade de cena.

A outra parte do meu argumento retoma como essa figuração singular da Criança – escrita, agora, com letra maiúscula, para remeter ao simbólico – é uma fantasia. Essa fantasia nos compele, na medida em que nos posicionamos como politicamente responsáveis, a submetermos o enquadramento do campo político ao que Lee Edelman

(2004) chama de “futurismo reprodutivo”. Suas formulações universalizantes são contestáveis, mas não deixam passar incólume como a fantasia da Criança incorpora o cidadão ideal com direito a reivindicação plena à sua futura participação no bem da nação, servindo para preservar o sujeito universalizado, embora sempre ao custo de limitar os direitos de cidadãos “reais”. A Criança “marca a fixação fetichista da heteronormatividade: um investimento eroticamente carregado” (Edelman, 2009, p. 21). Qualquer coisa, argumenta Edelman (2009, p. 11), que ameace “a reprodução coletiva da Criança deve aparecer como uma ameaça não apenas à organização de uma determinada ordem social, mas também, e muito mais ameaçadoramente, à ordem social como tal”. Oscilando desta Criança simbólica para as crianças “reais”⁸, com as quais “o sexual, excluído pelo vínculo social, permanece no social como excesso indomável e irreprimível, força de conflito, desprendimento e desagregação” (Lauretis, 2021, p. 174), as cenas performam um escândalo, fraturas ininteligíveis da linguagem do reconhecimento, por estarem longe de participarem do movimento em direção a um futuro político viável, ou ainda interrompendo a escola como o lugar de projeto de futuro para crianças.

Essas cenas não chocam, pois, somente o centro da nossa moralidade – a figura da criança, de onde nascem as ferramentas do dispositivo da sexualidade em articular a figuração do sujeito –, mas todas as instâncias de consagração desse sujeito, aquelas que devem projetá-lo, sob a repetição das condições presentes, no futuro diante da ameaça iminente de dissolução: a escola, onde não se sabe que isso acontece; o mundo adulto, que esse escandaliza com essa criação na escola, e, finalmente, o próprio projeto de formação de um sujeito. Não foi como dissolução da interioridade que Georges Bataille (2014) definiu, certa vez, a experiência do erotismo? Estaria a Criança, como a fantasia, sendo, assim, comprometida e ao mesmo tempo comprometendo as crianças que ficam do lado de fora da realização política do futuro? Não pretendo reclamar qualquer estatuto de sujeito de consentimento para crianças. Por outra via, estou apenas interrogando a ontologia que busca reiterar o sujeito universalizado do consentimento e, com isso, transformar o corpo das crianças em uma batalha política, carregada de armadilhas morais, de forças materiais e simbólicas, em nome dessa universalização das ferramentas do sujeito.

Depois de gênero e sexualidade passarem tanto tempo como campos de silêncio da pesquisa em currículo, existe hoje uma inegável tendência ao reconhecimento do debate. Porém, qual é o alcance desse reconhecimento? Qual é o efeito desse

reconhecimento para a teorização curricular ou para a pesquisa em currículo? Suspeito que nossa prática de pesquisa em currículo vai rápido demais em colocar em equivalência gênero e sexualidade como sinônimo de diversidade sexual e de gênero. A longa história da figuração dos anormais do dispositivo da sexualidade embarcou em uma significativa nova fase. Nossas agendas políticas de pesquisa, agora, fazem parte dela. Minha hesitação vem de ficar com os problemas de termos sido tragados para a névoa de um jogo paradoxal que a institucionalização desses temas coloca ao pensamento educacional, em geral, e ao pensamento curricular, em particular, quando nos vemos diante dos limites da sexualidade ao passo que precisamos responder aos ataques ao reconhecimento da diferença na arena pública mais ampla, evitando, entretanto, colocarmo-nos de fora ou acima da situação.

Dadas as implicações éticas e políticas em questão, trata-se de mais uma afirmação arriscada. Só quero, contudo, frisar que, tal como as posturas hierarquizantes, também as posturas democratizantes possuem seus riscos. Sua extensão tende a celebrar de modo abstrato o reconhecimento do excepcionalismo da diversidade sexual e de gênero, em um procedimento que é difícil de distinguir de uma certa obliteração conservadora da sexualidade. Essa dificuldade perpetua um clima no qual atividades sexuais que não aparecem como expressões racionais de interesse pessoal individual tendem a ser patologizadas, mesmo que seja, agora, no código sociojurídico do reconhecimento. Embora sujeito às sanções legais, julgamentos sociais, impulsos inconscientes e desejos ambivalentes, o que o sexo levanta é a possibilidade de confrontar nosso limite porque denota “a força implacável que perturba a fantasia da soberania” (Berlant; Bersani, 2014, p. 14) do sujeito e suas questões não-resolvidas de autocontrole e autonomia que povoam as agendas de reconhecimento da diferença. Sexo é outro nome para o que nos é insuportável.

VII

Os que vão morrer só desejam foder. Foder é o que desejam os que estão no cárcere e nos hospitais. Os impotentes só pensam em foder. Os castrados só desejam foder. Os feridos gravemente, os suicidas, os seguidores impenitentes de Heidegger. Até mesmo Wittgenstein, que é o maior filósofo do século xx, só queria uma foda. Até os mortos, li em algum lugar, a única coisa que desejam é foder. É triste ter de admitir isso, mas é assim mesmo. [...] Dionísio invadiu tudo. Está instalado nas igrejas e nas ongs, no governo e nas casas reais, nos escritórios e nas favelas. Dionísio é o culpado de tudo. O vencedor é Dionísio. E seu antagonista ou opositor nem sequer é Apolo, mas seu Pinto ou dona Perua ou seu Brega ou dona

Neurônio Solitária, todos guarda-costas dispostos a virarem inimigos ao primeiro estampido suspeito (Bolaño, 2024, p. 116-118).

Sexo normal para retirar o pecado original. Na minha vaga lembrança de Caio Fernando de Abreu (2018, p. 527): os *dragões* não conhecem o paraíso porque dele foram expulsos: “os dragões não conhecem o paraíso, onde tudo acontece perfeito e nada dói nem cintila ou ofega, numa eterna monotonia de pacífica falsidade. Seu paraíso é o conflito, nunca a harmonia”. É em nome da harmonia do paraíso que se faz a guerra. Guerra pela neutralização que faz lembrar também a hipótese explorada por Félix Guattari (2024): a propagação generalizada das ferramentas do sujeito é parte da operação colonial capitalística por excelência, na medida em que singularidades, subjetividades, valores e criações são tomadas em termos quantificáveis, o que permite que tudo possa entrar em um mercado global generalizado e consequente e paradoxalmente ser hierarquizado.

VIII

Eu ouvi mami dizer que esse verão bem que a gente podia ir pra praia, mas eu fico triste porque não vamos ter as pessoas pra eu chupar como sorvete e me lamber como gato se lambe. Por que será que ninguém descobriu pra todo mundo ser lambido e todo mundo ia ficar com dinheiro pra comprar tudo o que eu vejo, e todos também iam comprar tudo, porque todo mundo só pensa em comprar tudo. Os meus amiguinhos lá da escola falam sempre dos papi e das mami deles que foram fazer compras, e eu então acho que eles são lambidos todo dia. É mais gostoso ser lambido que lamber, aquele dia que eu lambi o piupiú de chocolate do homem foi gostoso mas acho que é porque tinha chocolate. Sem chocolate eu ainda não lambi ele (Hilst, 2021, p. 16).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Caio Fernando. **Contos Completos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- AGUIAR, Barbara. “**Conta pra mim**”: a (re)produção de padrões de gênero, sexualidade e família no programa de literacia familiar do Ministério da Educação. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2023.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia de Letras, 1986.
- BERSANI, Leo; BERLANT, Lauren. **Sex, or the Unbearable**. Durham: Duke University Press, 2014.

BISPO, Larissa. **No enredo da pornografia, a educação aparece**: traçando os marcos de um tal de “pornô pedagógico”. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BOLAÑO, Roberto. **O gaúcho insofrível**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

BRAND, Dionne. **Um mapa a para porta do não retorno**. Rio de Janeiro: A Bolha, 2022.

BRAND, Dionne. **Pão tirado de pedra**. São Paulo: Bazar do Tempo, 2023.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 83-113.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BUTLER, Judith. Meramente cultural. **Ideias**, v. 7, n. 2, p. 227-248, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649503>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: UNESP, 2022.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo da racialidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2023.

CARRARA, Sergio. Moralidades, rationalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6D5zmtb3VK98rjtWTQhq8Gg/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CARVALHO, Marília Pinto. Mau Aluno, Boa Aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. **Estudos feministas**, v. 9, n. 2, 554-574, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qH3cM5GGSpN9pjnxFxJ3R6f/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2024.

COOPER, Melinda. **Family values**. Nova York: Zone Books, 2017.

DAL'IGNA, Maria; KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar. Generificação das práticas curriculares: uma abordagem feminista pós-estruturalista. **Curriculum sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 468-487, 2016. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/daligna-klein-meyer.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

DEAN, Tim. Intimidades mediadas: sexo no pelo, truvada e a biopolítica de quimioprofilaxia. **Revista Brasileira de Estudos de Homocultura**, v. 6, n. 21, p. 604-638, 2023. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/16278>. Acesso em: 15 nov. 2024.

DERRIDA, Jacques. A solidariedade dos seres vivos: entrevista a Evando Nascimento. **Mais!, Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de maio de 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2705200111.htm>. Acesso em: 20 nov. 2024.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. O espetáculo da humilhação, fissuras e limites da sexualidade. **Mana**, v. 21, p. 65-90, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/ddPwc8SPLV99896qZW4b5Zq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2024.

EDELMAN, Lee. **No Future**. Durham: Duke University Press, 2004.

FALUDI, Susan. **Backlash**. Rio de Janeiro, 2001.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. **The empire of trauma**. Princeton: Princeton UP, 2009.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca; ROSA, Cristiano (orgs.). **Infância e temas sensíveis**. Porto Alegre: CirKula, 2024.

FELMAN, Shoshana. **O escândalo do corpo falante**. São Paulo: Unicamp, 2022.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **Homo modernus**. São Paulo: Cobogó, 2022.

FISHER, Mark. **Fantomas da minha vida**. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. (orgs). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 257-278.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. São Paulo: Edições Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade IV**: as confissões da carne. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

GALLOP, Jane. **Anecdotal Theory**. Durham: Duke University Press, 2002.

GREGORI, Maria Filomena. Práticas eróticas e limites da sexualidade: contribuições de estudos recentes. **Cadernos Pagu**, v. 1, p. 47-74, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645115>. Acesso em: 8 nov. 2024.

GREGORI, Maria Filomena. Género, erotismo y violencia: backlash e intolerancias

en la actualidad de Brasil. **Mora**, v. 29, n. 1, p. 53-68, 2023. Disponível em:

https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1853-001X2023000100005&lng=pt&nrm=iso&tlang=es. Acesso em: 10 nov. 2024.

GROSSBERG, Lawrence. **Under the Cover of Chaos**. Londres: Pluto Press, 2018.

GUATTARI, Félix. **A revolução molecular**. São Paulo: 34, 2024.

HOLLANDA, Heloisa B. de. **Explosão feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOCHSCHILD, Arlie. **Strangers in their own land**. Nova York: The New Press, 2016.

HEMMINGS, Clare. **Why stories matter?** Durham: Duke University Press, 2011.

HILST, Hilda. **O caderno rosa de Lori Lamby**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

INEP. **Censo Escolar 2023: divulgação dos resultados**. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2023. Disponível:

https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 1 dez. 2024.

KIMMEL, Michael. **Angry white man**. Nova York: Nation Books, 2013.

LABATUT, Benjamin. **Maniac**. São Paulo: Todavia, 2023.

LAURETIS, Teresa. Gênero e teoria queer. **albuquerque**, v. 13, n. 26, p. 165-176, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/12446>. Acesso em: 10 nov. 2024.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica 2019.

LOWENKRON, Laura. **O monstro contemporâneo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

MALABOU, Catherine. **O prazer censurado**. São Paulo: Ubu, 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MONTGOMERY, Heather. **Modern Babylon?** Oxford: Berghahn Books, 2001.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUÑOZ, José Esteban. Fantasmas do sexo em público. **Periódicus**, n. 8, v. 1, p. 4-19, 2018. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/413c/0b6829f84dfb15e7ba268bd7f01525f9d79c.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2024.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, Danilo. **“Cavalgar sem sela”**: ensinamentos, demandas e incitações do currículo bareback em oposição às normas do uso do preservativo. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

OLIVEIRA, Iris Verena. **Cativeiro Estatístico**: currículo, expulsão escolar e genocídio da juventude negra. Projeto submetido ao Edital Universal do CNPq – 2023. Salvador, 2023.

PATTON, Cindy. Visualizing Safe Sex: When Pedagogy and Pornography Collide. In: FUSS, Diana (org.). **Inside/Out: Lesbian Theories, Gay Theories**. Nova York: Routledge, 1991.

PISCOPO, Jenifer; WALSH, Denise. Introduction: Symposium Backlash and the Future of Feminism. **Signs**, v. 45, n. 2, 2020. Disponível em:
<https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/704950>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PUAR, Jasbir. **Terrorist assemblages**. Durham: Duke University Press, 2007.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, v. 24, n. 61, p. 51-61, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/6SsSn5qbWRPcryFFqv6TyQ/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**, v. 20, n. p. 71-99, 1995. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 8 nov. 2024.

SCOTT, Joan. **A fantasia da história feminista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

SEDGWICK, Eve. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu; MOREIRA, Antônio Flávio. **Territórios contestados**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TAUBMAN, Peter. **Teaching By Numbers**. Nova York: Routledge, 2009.

WEBSTER, Jamieson. **Sexo e desorganização**. São Paulo: Ubu, 2025.

WILDERSON III, Frank. **Afro-pessimismo**. São Paulo: Todavia, 2020.

NOTAS:

¹ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=hesitar>. Acesso em: nov. 2024.

² Há muitas investigações feministas neste sentido. A título de exemplo, ver Montgomery (2001) no contexto da violência sexual contra crianças.

³ A palavra inglesa para descrever uma forte reação negativa a um objeto, ideia ou ação ganhou popularidade conceitual com o trabalho da jornalista Susan Faludi (2001), publicado em 1991, que demonstrou como uma insidiosa guerra contra os direitos da mulher transformou-se, a partir da década de 1980, em um fenômeno

cultural que passou a orientar círculos midiáticos e a retórica da nova direita. Para uso do conceito no caso brasileiro, ver Gregori (2023). Para uma revisão ampliada do conceito, conferir o volume especial da revista *Signs*, organizado por Piscopo e Walsh (2020).

⁴ Estou fazendo referência à crítica de Butler (2017) à distinção de Fraser (2022) entre redistribuição e reconhecimento. Sua pergunta “[p]or que um movimento preocupado em criticar e transformar os modos por meio dos quais a sexualidade é regulada socialmente não deveria ser entendido como central para o funcionamento da economia política?” (Butler, 2017, p. 218) inspira meu argumento.

⁵ Em genealogia do pedófilo como monstro moral contemporâneo, Laura Lowenkron (2015) argumenta que não demonstrar repugnância produz o risco de se assemelhar ao “inimigo” de modo que a fabricação de zonas de responsabilidade constitui a teatralização da luta do “bem” contra o “mal” que se espalha no imaginário social.

⁶ Vale fazer menção aos trabalhos de Danilo Oliveira (2021) sobre o currículo das práticas sexuais sem uso de camisinha entre homens e de Larissa Santos (2022) sobre os materiais pedagógicos da fundação para saúde reprodutiva e educação sexual do *Pornhub*, o site de compartilhamento dos vídeos pornográficos. Contudo, enquanto ambos estão voltados para as dimensões explícita ou implicitamente pedagógicas da pornografia, assumindo que elas se constituem em máquinas de ensinar, estou preocupado com a colisão desses campos – pedagogia e pornografia – nas vicissitudes da vida subjetiva de crianças nas escolas.

⁷ A dissertação de Barbara Aguiar (2023) sobre o programa de literacia familiar do Ministério da Educação pode ser lida neste sentido. Embora não seja o foco, a responsabilidade com as crianças aparece em diferentes investigações que buscaram conectar gênero, homens, neoliberalismo e novas direitas. Ver, Michael Kimmel (2013), Andrea Hochschild (2016) e Melinda Cooper (2017).

⁸ Nunca é demais reiterar que não estou negando a existência de violência sexual contra crianças e jovens. De fato, penso que não existe outra maneira de se posicionar que não seja contra a violência, mas é importante não alimentar o pânico. Defendo que aquilo que deve ser interrogado são os termos de como a sexualidade ganha uma engenhosa existência material e simbólica que torna inclusive difícil respostas escolares à violência sexual. Por isso, optei por deixar de fora cenas nas quais a violência sexual eclode e circula porque, julgo, exigem uma abordagem própria que suspenda a obviedade do que se torna reconhecível como violência sexual contra crianças.

Recebido em: 15/12/2024

Aprovado em: 22/04/2025

Publicado em: 08/07/2025

 Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.